

-----**ATA N.º 22/2012**-----

-----Aos 03 dias do mês de outubro de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte.-----

-----Faltaram a esta reunião os Senhores Vereadores António Graça Silva e Victor Martins Santos.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento de que foi solicitado pelos Senhores Vereadores as seguintes justificações de falta: -----

-----Reunião do dia 12/09/2012 – Senhor Vereador António Graça Silva;--

-----Reunião do dia 19/09/2012 – Senhor Vereador João Manuel Duarte: -

-----A Câmara aceitou a justificação das faltas dadas pelos Senhores Vereadores, às reuniões supra identificadas. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12/9/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 19, da reunião ordinária do Executivo de 12/9/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador João Duarte, por não ter estado presente na referida reunião. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de um email enviado pelo movimento contraportagens.net, dando conhecimento de um estudo elaborado pela Ernst&Young, que concluiu que a introdução de portagens nas concessões Norte Litoral, Grande Porto, Costa de Prata, Beira Litoral, deu prejuízos ao Estado, em termos financeiros.-----

-----Deu ainda conhecimento de um email enviado pela Federação do Partido Socialista da Guarda, sobre a decisão de extinção da Fundação Cõa Parque, por parte do governo, onde manifestam o seu desagrado perante tal decisão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que mais uma vez terá que lamentar este tipo de decisões, que irá colocar em causa o desenvolvimento da região e irá obrigar a autarquia de Foz Cõa a substituir-se ao estado, para manter o museu aberto, o que certamente implicará um esforço financeiro significativo, caso contrário, perderão todo o investimento realizado.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que com estas medidas e outras, infelizmente já conhecidas de todos, cada vez mais isolam o Interior e cada vez mais privilegiam o investimento no Litoral. Frisou que o Côa Parque foi um investimento que na altura obrigou a desistir-se da construção de um barragem, para preservar este património de suma importância para a região, que traz imensos turistas, não só a Foz Côa, mas a toda região, inclusive a Celorico da Beira. Decidem agora encerrar com argumentos meramente economicistas, penalizando mais uma vez as pessoas que aqui vivem.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA DO NÚCLEO INTERPRETATIVO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE CELORICO DA BEIRA;**-----

-----**CANDIDATURA AO PRODER/ADRUSE – SUBPROGRAMA 3 – MEDIDA 3.2: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **SECÇÃO DE AGRICULTURA, FLORESTAS E ESPAÇOS VERDES**-----

-----**GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**-----

-----**ASSUNTO: TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**-----

-----Foi presente assunto referido em título.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que o assunto seja retirado da ordem de trabalhos, uma vez que não estão todos os Vereadores na reunião e pretende que apresentem os seus contributos, bem como, o facto

de o documento ser bastante complexo e necessitar de um estudo mais detalhado.-----

-----**Nos termos da proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos. --**

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE FRUTA NO ÂMBITO DO REGIME DE FRUTA ESCOLAR** -----

-----Foi presente para aprovação o protocolo de fornecimento de fruta, no âmbito do Regime de Fruta Escolar, para os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, a estabelecer entre o Município e a Cooperativa Agrícola de Mangualde CRL, de acordo com o estabelecido pela Portaria n.º 1242/2009, de 12/10, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1386/2009, de 10/11. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo de Fornecimento de Fruta no âmbito do Regime de Fruta Escolar, para os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**2. ASSOCIAÇÃO C.P.L.B. – CLUBE DE PARAPENTE DE LINHARES DA BEIRA** -----

-----**ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício da associação identificada em tópico, com registo de entrada n.º 8923, de 27/9/2012, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de 100,39€, para pagamento da constituição da associação. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 100,39€, para pagamento da constituição da associação.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**3. PS – GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO DE REPÚDIO PELA RETIRADA DO
HELICÓPTERO DE EMERGÊNCIA MÉDICA DO DISTRITO**-----

-----Foi presente moção de repúdio pela retirada do helicóptero de emergência médica do distrito, apresentada pela Federação do Partido Socialista da Guarda e aprovada por unanimidade no último congresso distrital PS/Guarda, com o seguinte teor:-----

-----“Considerando que todos os dias se anunciam mais encerramentos e, consequentemente, se perdem mais serviços públicos e equipamentos que serve as populações do Interior, através de simples decisões técnicas tomadas num qualquer gabinete e sustentadas apenas em aspetos economicistas; -----

-----Considerando o recentemente noticiado, uma vez que o helicóptero e a equipa do Instituto Nacional de Emergência Médica, localizados em Aguiar da Beira, desde 2011, serão simplesmente retirados sem quaisquer medidas de saúde alternativas e sem serem ouvidos, nomeadamente os autarcas do Concelho afetados por tal decisão, revelando uma total insensibilidade deste executivo perante matérias tão sensíveis e humanas como é a questão da saúde para com os territórios deprimidos do Interior. --

-----Considerando que a localização de meios do INEM no nosso Distrito, mas concretamente em Aguiar da Beira, foi uma decisão tomada na vigência do anterior Governo do Partido Socialista, tendo por base critérios e estudos que garantiam a sua utilidade, necessidade e viabilidade; -----

-----Considerando que estes recursos de socorro pré-hospitalar serviram durante os últimos meses, não apenas o Concelho de Aguiar da Beira, mas também situações de emergência de todos os Concelhos do Distrito da Guarda. -----

-----Considerando a potencial sinistralidade das nossas vias rodoviárias, nomeadamente A23, A25 e IP2 que atravessam o nosso Distrito; -----

-----Considerando o investimento público realizado localmente, também pela autarquia de Aguiar da Beira, na requalificação da helipista e no

apetrechamento das estruturas envolventes, que orçou aproximadamente 400 mil euros, na expectativa de que seria uma alocação duradoura;-----

-----Considerando que o socorro pré-hospitalar não deve ser visto como uma benesse, mas sim como a satisfação de uma necessidade vital, constituindo-se como um serviço essencial numa região que apresenta muitas deficiências nas acessibilidades de ligação à sede do Distrito e a Viseu ou a Coimbra, onde se localizam os hospitais centrais;-----

-----Considerando a aposta na saúde, efetuada pelas governações socialistas no Interior, que nos orgulha a todos, não podemos deixar que, gratuitamente, alguém nos acorde à segunda-feira com notícias tristes como “Encerramento de SAP’s”, “Encerramento da Maternidade da Guarda”, “Suspensão das obras do novo hospital Sousa Martins” e agora “Saída do helicóptero de Aguiar da Beira”, com a simples justificação de que é preciso poupar;-----

-----Considerando que não podemos combater o despovoamento, a desertificação e o desinvestimento público e privado no Distrito quando são tomadas decisões que condenem o Interior ao ostracismo e consequentemente a um maior esvaziamento e à diminuição das condições e da qualidade de vida das populações da região.” -----

-----A Federação solicita que os autarcas do Distrito demonstrem a sua indignação aprovando esta moção, pelo desrespeito demonstrado para com o nosso Distrito. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que concorda com a exposição da Federação do PS é da opinião que, imperativamente os autarcas deveriam ser ouvidos sobre estes assuntos. Frisou que, a continuar esta política, daqui a pouco o distrito fica sem qualquer alternativa de retaguarda, em termos de saúde. Manifestou-se frontalmente contra a retirada do helicóptero e mostrou a sua total solidariedade para com o município de Aguiar da Beira, pelo esforço financeiro que fez e que agora fica ao abandono. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que sempre foi da opinião que o Distrito da Guarda em termos de equipamentos hospitalares está muito mal servido. Situação que tem vindo a deteriorar-se com o encerramento dos SAP's, a suspensão das obras do hospital e agora a retirada do helicóptero de Aguiar da Beira. -----

-----Disse que o helicóptero, nesta conjuntura de fragilidades tinha um papel preponderante, porque facilmente acediam aos hospitais centrais de Coimbra. Por isso, é da opinião que, o mesmo deveria manter-se no Distrito. Caso seja de todo impossível, deveriam pelo menos mantê-lo, até o hospital da Guarda ter capacidade de resposta. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, subscrever a moção de repúdio pela retirada do helicóptero de emergência médica do distrito da Guarda (Aguiar da Beira), dando conhecimento aos órgãos e instituições competentes, solicitando que obtenham junto da tutela a revogação desta decisão demasiado penosa para a segurança, saúde e vida das pessoas desta região. -----

-----Mais deliberou, dar conhecimento ao Município de Aguiar da Beira que, apesar da autarquia de Celorico da Beira, não ter sido ouvida neste processo, estão solidários com o Município, não só pela retirada deste meio de socorro, mas também por todo o investimento público que foi realizado e que está na eminência de ser desperdiçado. -----

-----4. SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS-----

-----ASSUNTO: SUSPENSÃO DA CONTAGEM DO PRAZO DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO -----

-----Relativamente ao processo n.º 78/2006, foi presente informação técnica, dando conhecimento que, relativamente a este assunto, a

deliberação do Executivo do dia 25/7/2012, terá que ser retificada, acrescentado à mesma a sustentação legal do indeferimento.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor e uma abstenção, retificar a redação da deliberação do dia 25/7/2012, relativamente a este assunto, passando a ter a seguinte redação:-----**

-----**“A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir a caducidade do alvará de licença de construção definitivamente, relativamente à reconstrução de um edifício de comércio e serviços, em nome de António Faria, tendo sido dado cumprimento ao CPA no que se refere à audiência prévia por a justificação apresentada pelo requerente (processo a decorrer no Tribunal Judicial de Celorico da Beira), não constituir fundamentação legal para a suspensão da contagem de prazos”.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**MINUTA DO CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA
"ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL" –
APROVAÇÃO**-----

-----Foi presente minuta do contrato referente à empreitada “Alteração do Edifício do Mercado Municipal”, para aprovação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, aprovar a minuta do contrato referente à empreitada “Alteração do edifício do Mercado Municipal”.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**5. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSES ESCOLARES**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 3111, datada de 26/9/2012, dando conhecimento que foi solicitado ao Município auxílio económico para comparticipação de pagamento de passes escolares aos alunos, Paulo Alexandre Inocêncio e João André Inocêncio.-----

-----Informam que os alunos cumprem os requisitos legais exigidos.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder passe escolar gratuito aos alunos Paulo Alexandre Inocêncio e João André Inocêncio.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: TRANSPORTES ESCOLARES SOLICITADOS PELO AGRUPAMENTO**-----

-----Foi presente informação do gabinete de ação Social, com registo interno n.º 3110, datada de 26/9/2012, dando conhecimento que o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira solicitou passes escolares para os alunos constantes da informação técnica.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder passe escolar gratuito aos alunos identificados na informação técnica, bem como comparticipar metade do custo do bilhete de assinatura à aluna do ensino secundário, também identificada na informação técnica.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CANDIDATURA AO PRODER/ADRUSE – SUBPROGRAMA 3 – MEDIDA 3.2 – MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA – AÇÃO 3.2.1 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL**-----

-----**“ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO - NÚCLEO INTERPRETATIVO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE CELORICO DA BEIRA”**-----

-----Sobre o assunto em título foi presente informação da Seção de Obras Municipais, com registo interno n.º 3177, datada de 2/10/2012, a propor a submissão da candidatura, uma vez que a autarquia reúne todas as condições necessárias para o efeito.-----

-----Mais informam que deverá o assunto ser presente a sessão da Assembleia Municipal para se pronunciar sobre a importância e necessidade da realização do projeto, atendendo que tem por objetivo a promoção, valorização e salvaguarda do património arqueológico do concelho.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, aprovar a concordância na submissão do projeto “Núcleo Interpretativo do Património Arqueológico de Celorico da Beira” ao PRODER, Subprograma 3, Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural.**-----

-----**Mais deliberou submeter o assunto à Assembleia Municipal.**-----

-----**ASSUNTO: PROJETO DE ARQUITETURA DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO – NÚCLEO INTERPRETATIVO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente para aprovação projeto de arquitetura do Núcleo Interpretativo do património arqueológico de Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor e uma abstenção aprovar o projeto de arquitetura identifica em título.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

